



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”
Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Trabalho Profissional.

**SERVIÇO SOCIAL E O TRABALHO COM GRUPOS: CONSIDERAÇÕES A PARTIR DE
UMA REVISÃO HISTÓRICA**

Luana de Souza Mozer¹

Resumo: O trabalho com grupos é um dos instrumentos técnico-operativos que se fez presente na intervenção profissional de Assistentes Sociais. Pretende-se neste artigo trazer uma breve introdução histórica do debate sobre o Serviço Social e o trabalho com grupos. A revisão aborda o surgimento do Serviço Social de Grupo sob a perspectiva de autores estrangeiros, mostrando o surgimento deste método na sociedade norte-americana e a influência deste na configuração do Serviço Social de Grupo no Brasil. O trabalho com grupos continua sendo um recurso utilizado até aos dias atuais, porém, com outras perspectivas teóricas e com outros objetivos, não o de ajustar o indivíduo ao seu meio, mas com o enfoque de prestar orientações no sentido de assegurar direitos sociais, além da troca de informações e saberes, envolvendo usuários/as e profissionais, numa perspectiva crítica e reflexiva.

Palavras-chave: Serviço Social. Grupos. Instrumento Técnico-operativo.

Abstract: The work with groups is one of the technical-operative instruments that has been present in the professional intervention of Social Workers. This article intends to bring a brief historical introduction to the debate on Social Work and working with groups. The review addresses the emergence of Group Social Service from the perspective of foreign authors, showing the emergence of this method in American society and its influence on the configuration of Group Social Service in Brazil. Working with groups continues to be a resource used to this day, but with other theoretical perspectives and other objectives, not to adjust the individual to their environment, but with the focus of providing guidelines to ensure social law, in addition to the exchange of information and knowledge, involving users and professionals, in a critical and reflective perspective.

Keywords: Social Service. Groups. Technical-Operational Instrument.

Introdução

Este artigo abordará o surgimento do Serviço Social de Grupo na perspectiva de autores estrangeiros, que se debruçaram a debater tal temática a partir da revisão bibliográfica de obras clássicas, porquanto podemos observar que as publicações de textos sobre a historicidade do trabalho com grupos na profissão, em sua grande maioria, são escassas, particularmente quando diz respeito a intervenção do Serviço Social com grupos no Brasil e sua abordagem em uma perspectiva crítica, sendo dificilmente identificado os detalhes deste processo no país.

Conhecendo o debate sobre grupos no Serviço Social

Segundo Konopka (1964), o movimento de recreação (nos Estados Unidos da América) constitui uma base essencial para o Serviço Social de Grupo. No início de 1900, o movimento de recreação era vinculado à luta dos sindicatos pela jornada de trabalho de 8

¹ Estudante de Graduação, Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: luanadesouzamozer@gmail.com.

horas, pelo direito de usufruírem de uma vida tranquila, depois de longas horas de um trabalho mecânico e cansativo. O movimento defendia recreação para as crianças, como piscinas e playgrounds, e a maioria das atividades realizadas pelo movimento de recreação eram feitas em grupos com crianças e mulheres que trabalhavam em fábricas e empregadas domésticas. Estes grupos possibilitavam que as mulheres conquistassem confiança para defenderem seus direitos, como exemplo, horas de folga no trabalho.

Neste sentido, o surgimento do trabalho com grupos, no início do século XX, estava ligado com a formação da classe operária e seus diversos “problemas sociais” que surgia do processo de industrialização e urbanização da sociedade, trazendo consigo grandes transformações que afetavam diretamente a vida dos/as trabalhadores/as.

Inicialmente, os grupos eram formados com o objetivo de ocupação do tempo livre da classe operária, utilizando-se da recreação, além da transmissão de valores democráticos ou religiosos, e a resolução de problemas individuais (CERQUEIRA, 1979; VASCONCELOS, 1985).

Posto isso, o Serviço Social de Grupo surgiu com a função de “contribuir para a manutenção e continuidade estrutural, cujo equilíbrio estava ameaçado pelos problemas sociais ou disfunções surgidas” (CERQUEIRA, 1979, p. 57).

Para além disso, o Serviço Social de Grupo não era concebido como um método do Serviço Social, ou seja, não era uma atribuição própria do Serviço Social (VIEIRA, 1981), mas era entendido como um movimento, um modo de ação democrática, isto é, fora identificado como uma filosofia, um objetivo, o de construir “[...] a sociedade democrática, como meio de proporcionar a mais alta realização do indivíduo e permitir-lhe assumir o seu lugar como um membro responsável da raça humana”, quer seja, “um modo de vida verdadeiramente democrático”, donde se presava a participação e responsabilidade comunitária em pequenos grupos (KONOPKA, 1964, p. 17).

Em vista disso, o trabalho de grupo era, predominantemente, praticado no setor de recreação, fazendo com que, alguns representantes do Trabalho Social associassem, equivocadamente, o trabalho de grupo como sinônimo de “recreação” e “educação informal”.

Na década de 1920, Assistentes Sociais, Psicólogos e Educadores começaram a desenvolver o trabalho com grupos de forma mais consciente, contudo, ainda, não como parte integrante da profissão Trabalho Social.

Em 1936 foi fundada a “Associação Americana para o Estudo do Trabalho de Grupos”². Ainda assim, após a fundação, os membros da associação não consideravam a abordagem de grupo como parte integrante do Trabalho Social³ (KONOPKA, 1964).

² O objetivo da associação era “esclarecer e aperfeiçoar tanto a filosofia como a prática do trabalho com grupos” (Associação apud konopka, 1964, p.18). A Associação, de acordo com Vieira (1981, p. 157), “procurou congregar

Somente após um ano da Segunda Guerra Mundial, em 1946, que o trabalho de grupos passa a ser identificado com a profissão do Serviço Social, quer dizer, ser reconhecido oficialmente como uma especialidade do Serviço Social (KONOPKA, 1964; BRIAR, 1976).

Deste modo, embora não tenha estabelecido com precisão um determinado momento da história em que foi empregado pela primeira vez o trabalho com grupos, o momento decisivo em que houve a identificação do Serviço de Grupo com o Serviço Social pode ser datado em 1946 e creditado a uma pessoa, Grace Longwell Coyle, como podemos observar no parágrafo seguinte (KONOPKA, 1964).

De acordo com Konopka (1964), tal identificação ocorreu, quando Grace Longwell Coyle⁴, integrante da Associação Americana, esclarece em uma das reuniões da associação, o que ela entendia por trabalho social e a identificação deste com o trabalho de grupo:

A minha própria esperança é que a definição que está surgindo de Serviço Social possa defini-lo como implicando o uso consciente das relações sociais no desempenho de determinadas funções comunitárias, como bem-estar da criança, da família ou serviços de saúde, recreação e educação informal. O Serviço Social de Caso, o Serviço Social de Grupo e Organização de Comunidade possuem como fator comum o fato de que todos se baseiam na compreensão das relações humanas. [...] É por essa razão que creio que o trabalho de grupo, como método, está enquadrado na finalidade maior do Serviço Social como um método conforme acima definido. (COYLE apud KONOPKA, 1964, p. 24-25).

Esse processo de incorporação do trabalho de grupo no Serviço Social finalizou em 1955, quando, a Associação Americana para o Estudo do Trabalho de Grupo se associa a recém-formada Associação Nacional de Assistentes Sociais.

Nesse sentido, o Serviço Social de Grupo se devolveu historicamente, passando de um campo de atividades e de movimento, para um método do Serviço Social, como parte integrante da atribuição de Assistentes Sociais.

A partir daí o método do Serviço Social de Grupo (SSG) passou por modificações, deixando de lado seu caráter meramente recreativo, que havia se limitado inicialmente e, passa a ser utilizado com fins terapêuticos (KISNERMAN, 1980; VASCONCELOS, 1985). Dessa forma, o método do SSG na corrente científica alcança seu nível mais alto com Gisela Konopka, assistente social e psicanalista, de origem alemã, mas nacionalizada estadunidense (KISNERMAN, 1980).

todos os que se interessavam pelo estudo dos diversos meios de melhorar o trabalho com grupos, sem distinção de profissão e sem exigência de qualquer base acadêmica [...], promovia reuniões anuais, abertas a todos”.

³ É importante esclarecer ao leitor/a que alguns países utilizam o termo Trabalho Social, exemplo EUA, sendo sinônimo de Serviço Social. Sendo assim, utilizarei a terminologia denominada no Brasil, Serviço Social, para nossa melhor compreensão, porém, em alguns momentos será empregado ambos os termos.

⁴ Grace organizou, em 1923, o primeiro curso de Serviço de Grupo na Westen Reserve University, numa Escola de Serviço Social, além de ter ajudado a desenvolver objetivos e métodos do Serviço Social de Grupo (Konopka, 1964; Briar, 1976). Foi também a primeira autora de livro de SSG, como também a primeira a lecionar o método (Kisnerman, 1980). A época Grace Coyle era considerada por alguns autores como a “Mary Richmond do Serviço Social com Grupos” (VIEIRA, 1981).

Portanto, várias/os autoras/es no transcorrer das décadas de 1960 e 1970, definem teoricamente o método do SSG de diversas maneiras. Percebemos que há convergências nas definições e que elas dialogam entre si. Nos próximos parágrafos, elencaremos alguns conceitos para melhor compreensão deste método.

Konopka (1964, p. 34; 1973 p. 20) define o Serviço Social de Grupo da seguinte maneira: “um método de trabalho social que ajuda as pessoas a realizarem seu funcionamento na sociedade através de experiências grupais objetivas e a enfrentarem de modo mais eficaz os seus problemas pessoais, grupais ou comunitário”. Ainda esclarece a autora sobre o SSG:

É um método de prestação de serviços a pessoas, através do oferecimento da experiência em grupos. O desenvolvimento da pessoa na direção desse potencial individual, a melhoria das relações e das competências do funcionamento social, e a ação social, são reconhecidamente os objetivos do trabalho social de grupo (KONOPKA, 1964, p. 99)

Para Cerqueira (1979, p. 14) o Serviço Social de Grupo é utilizado como um programa de prestação de serviços donde os membros do grupo se beneficiam. O objetivo é dirigido no sentido de “favorecer o funcionamento social adequado, a socialização e as relações sociais satisfatórias”.

Em Northen (1974, p. 16):

O objetivo da prática do Serviço Social com pequenos grupos pode ser o de ajudar indivíduos a usar o grupo para enfrentar e resolver problemas existentes no funcionamento psicossocial, quer onde o funcionamento eficaz deixou de existir, ou onde, muito embora o nível de funcionamento se encontra dentro do normal, exista um desajuste entre a realidade e potencialidade.

Para a autora, o Serviço Social se utiliza do pequeno grupo como meio onde “seus membros apoiam e modificam suas atitudes, relacionamentos interpessoais e habilidades para enfrentar eficazmente o seu ambiente” (NORTHEN, 1974, p. 25).

Já para Kisnerman (1980, p. 13) o Serviço Social de Grupo (SSG) é considerado como um método de educação psicossocial informal, onde, através deste método “está ensinando a massa a viver em comunidade, a conquistar um sentimento de comunidade e a ter uma atitude ativa para poder participar [...] a fim de que as comunidades se tornem agentes de sua própria mudança e bem-estar social”. Ainda acrescenta o “SSG é um meio para criar e desenvolver sentimentos de comunidade, enquanto os integrantes aprendem a dar e a receber, a intercambiar experiências, a compartilhar coisas, a trabalhar em cooperação, a elaborar conteúdos”. Além de compreender enquanto um processo educativo, distinguindo-se do terapêutico (KISNERMAN, 1980, p. 14).

Paré (1961) ao conceituar o Serviço Social de Grupo utiliza a definição de Gertrude Wilson, definindo como:

[...] um processo educativo pelo qual o assistente social ajuda o indivíduo a estabelecer, no seio de um grupo restrito, relações satisfatórias que o farão crescer ou progredir do ponto de vista emotivo e intelectual, e o tornarão assim capaz de

cumprir eficientemente as suas funções sociais na comunidade e nas outras coletividades às quais pertence (WILSON apud PARÉ, 1961, p. 3).

Paré compreende o SSG enquanto um processo educativo, que tem, por fim, dois objetivos, quer o primeiro: levar ao “desenvolvimento pessoal e a adaptação social do indivíduo” e o segundo objetivo, “utilização do processo educativo para a procura coletiva de fins sociais elevados e desejáveis, escolhidos pelo grupo” (PARÉ, 1961, p. 3).

Dos autores citados, percebemos que Paré (1961) e Kisnerman (1980) são os únicos que tratam o SSG como um método de educação, como um processo educativo e um processo de desenvolvimento humano, ou seja, desenvolvimento do indivíduo e do grupo como um todo. Estes frisam seu caráter educativo, para além do terapêutico. Entretanto, não podemos desconsiderar a hipótese, de que, os outros autores também compreendam a dimensão educativa no trabalho com grupos.

Vieira (1981, p. 165) analisa o SSG como:

[...] um processo de Serviço Social que visa, por meio do grupo e de suas atividades, ajudar o indivíduo a resolver problemas pessoais de relacionamento, de funcionamento correto na sociedade e desenvolver sua personalidade, a fim de se tornar um membro útil à comunidade onde vive.

Nesse sentido, os grupos constituem o meio pelo qual os membros alcançam a satisfação pessoal e social, além de ser um espaço em que os indivíduos têm a possibilidade de tratar seus problemas isoladamente, mesmo estando num contexto grupal, com vistas a “corrigir, habilitar e adaptar o indivíduo que apresenta um comportamento disfuncional em relação aos padrões exigidos pela sociedade” (KISNERMAN apud CERQUEIRA, 1979, p. 72).

Fica evidente nessas definições e atribuições, que embora um tanto restritivas, servem para nos deixar claro que o trabalho com grupos era utilizado nos mais diferentes contextos e problemáticas, onde o profissional atuava como orientador e facilitador, identificando as necessidades das pessoas que integram o grupo. Vale pontuar que O SSG tinha grande influência das ciências sociais, em especial, da Sociologia⁵ e da Psicologia Social (VIEIRA, 1981).

Os grupos eram classificados como: grupos recreativos, grupos terapêuticos, os grupos de aprendizagem, de orientação e de ação social. A divisão dos grupos não é absoluta, e que o processo de tratamento se efetua, de uma forma ou outra, em todos os grupos. Kisnerman (1980, p. 264, grifo nosso) assim os define:

O **grupo recreativo** é aquele que se centra em atividades recreativas, ou seja, aquelas realizadas no tempo livre e que proporciona diversão, deleite e oportunidade de expressar-se. O **grupo terapêutico** centra-se nos problemas de comportamento dos membros, e sua finalidade é estabelecer em SSG positivos padrões de funcionamento social e a mobilização dos recursos potenciais com o fito de conscientizar e enfrentar, atuando, os conflitos, e ao mesmo tempo servindo de diagnóstico e tratamento. O **grupo de aprendizagem** centra-se no ensino e vivência

⁵ Influência das teorias de Émile Durkheim.

de conhecimentos. O **grupo de orientação**, na informação e guia que se proporcionam a um determinado número de pessoas. E o **grupo de ação social** é o que se centra na comunidade que será beneficiada por essa ação.

Não obstante, apesar desta variedade de grupos, observamos que o que predominava no SSG era a prática do grupo terapêutico, tendo em conta que o enfoque principal nos grupos era o tratamento dos “problemas”, tratamento este que é tomado de modo isolado com fins a corrigir o indivíduo para que este tenha uma melhor atuação/funcionalidade na sociedade.

Neste contexto, os grupos eram formados de acordo com o problema que o indivíduo se encontrava. Os grupos eram compostos a partir de denominadores comuns. Como exemplo a autora cita que:

Os grupos podem ser formados em torno de sintomas específicos (grupos de crianças eneuréticas), ou de determinado comportamento (grupos de crianças muito ativas ou muito retraída), ou de enfermidade diagnosticada (grupos de diabetes ou portadores de esclerose múltipla), ou formas específicas de tratamento (pacientes que recebem terapêutica de choque) (KONOPKA, 1964, p. 72).

Portanto, o público-alvo era tanto os sujeitos do gênero feminino e masculino, desde crianças, adolescentes, adultos e idosos. As/os profissionais atuavam nos mais variados casos e situações: filhos/ crianças com mal comportamento na família e/ou escola; trabalho com as mães para ajudá-las a cuidar e entender/ compreender seus filhos; pacientes institucionalizados que possuíam algum problema de saúde mental, conhecidos como “delinquentes”. Havia os grupos específicos, sendo os grupos para mães solteiras; grupos para adultos; grupos de pais; grupos de casais. De modo geral, esses grupos tinham como principal objetivo solucionar os conflitos decorrentes do núcleo familiar, objetivando ter uma vida mais adequada (KONOPKA, 1964; NORTHEN, 1974).

A abordagem em grupo também era direcionada aos hospitais psiquiátricos, donde este tipo de método era utilizado com os pacientes internados, com vistas a ajudar a manter e aumentar seus relacionamentos sociais, relacionando efetivamente, e a capacitá-los a viver mais adequadamente em sociedade, considerando que estes indivíduos ameaçavam a ordem. O SSG atuava em diversas instituições, públicas ou privadas, como exemplo: Instituições de prevenção, tutela e reabilitação de menores; Creches e Jardins de Infância; Instituições de Reabilitação de Incapacitados físicos; Hospitais e Hospitais Psiquiátricos; Instituições Penitenciárias; Empresas; Centros Comunitários; Orfanatos e Escolas Públicas (KISNERMAN, 1980; PARÉ, 1961; NORTHEN, 1974).

O trabalho de grupo realizado com os diversos sujeitos supracitados, estando estes institucionalizados ou não, era um método do Serviço Social, utilizado de maneira informal, que proporcionava que os/as integrantes dos grupos pudessem externalizar seus distintos sentimentos e emoções, expectativas e experiências. Este método também tinha por

objetivo readaptar, reintegrar na sociedade os sujeitos que se encontram isolados e institucionalizados, por causa de alguma questão de saúde, seja mental ou não.

Por fim, o propósito do grupo era de tratar algum problema, seja do âmbito comportamental, emocional, quer seja, na subjetividade, dando conselhos e caminhos para superar ou melhorar sua condição.

Na perspectiva apresentada pelos autores, a visão do SSG, compreendida enquanto um método naquela época, era de resolver questões entendidas como “problemas sociais”, levando a adaptação e reintegração dos indivíduos participantes do grupo na sociedade e o controle social. Percebe-se então, que o trabalho com grupos no Serviço Social tinha uma perspectiva conservadora, no sentido de ajustar os sujeitos ao status quo da sociabilidade burguesa, o que não representa a perspectiva adotada atualmente pela maioria das/os profissionais do Serviço Social.

Segundo Kisnerman (1980) o/a Assistente Social de Grupo (ASG) atuava no grupo priorizando algumas finalidades. Destacamos algumas: deixar claro os objetivos do grupo; propiciar situações que favoreçam a integração do grupo; identificar os recursos/ habilidades de cada membro; trabalhar com o grupo de modo que os/as próprios/as membros consigam compreender suas limitações e capacidades, para que possam tomar decisões de acordo com seu nível de desenvolvimento e, por fim, orientar na direção para que todos/as possam reconhecer, enfrentar e solucionar seus problemas internos.

Para os autores, o/a Assistente Social precisava ter seu papel claro diante dos membros do grupo. Para Northen (apud CERQUEIRA, 1979) o/a Assistente Social agia na direção de facilitar a integração do grupo, utilizando-se de seu conhecimento e habilidade para apoiar o grupo em seu funcionamento normal ou para uma mudança em direção a um estado mais desejável, sendo necessário também, desenvolver relações de confiança com os/as participantes do grupo, identificando suas limitações, potencialidades e necessidades específicas, como também do grupo como um todo (KONOPKA, 1964).

Como aspectos em comum entre os/as autores/as supracitadas (Konopka, Kisnerman, Cerqueira, Paré, Northen e Vieira) podemos ressaltar que o processo de intervenção do/a Assistente Social no desenvolvimento do trabalho com grupos se dava no sentido de identificar o diagnóstico do indivíduo, posteriormente partia-se para a etapa do tratamento, buscando solucionar o problema identificado na primeira etapa – diagnóstico – e capacitar o grupo para a solução do seu próprio problema, visando a adaptação, à integração ou ao ajustamento do indivíduo ao meio social, ou seja, conformar e enquadrar os sujeitos na sociedade.

Assim, as ações eram feitas no sentido de melhoria do funcionamento pessoal; restauração das relações sociais e um espaço para resolução de problemas dos membros

do grupo que se encontravam desajustados ou inadaptados social e emocionalmente (RODRIGUES,1981).

Como expressam os/as autores/as estudados/as até o presente momento, o trabalho de grupos, desde o seu primórdio, foi um movimento utilizado para atender aos sintomas ou às disfunções provocadas por mudanças estruturais na sociedade capitalista.

Observa-se, portanto, que a pretensão do Serviço Social de Grupo “era de atender aos efeitos e não de explicar esses efeitos a partir das disfunções existentes entre a parte e o todo, sua preocupação consistia em adaptar o homem ao meio em que vive” (CERQUEIRA, 1979, p. 57).

Dentro desta análise, concordamos com Cerqueira, quando esta chega a seguinte conclusão, a partir das 18 análises que ela fez de autores nacionais e estrangeiros de livros e artigos que abordam Serviço Social de Grupo: “O Serviço Social de Grupo pretende o estabelecimento de relações funcionais positivas e a correção das funções negativas ou disfunções” (CERQUEIRA, 1979, p. 112). Conseqüentemente, o SSG buscava “desenvolver e estimular funções que servem à manutenção da continuidade estrutural, bem como prevenir e atenuar conflitos, evitar o aparecimento das disfunções, corrigir comportamentos desviantes, que ameaçam o equilíbrio do sistema” (CERQUEIRA, 1979, p. 113).

Desta forma, o Serviço Social de Grupo tinha uma visão funcionalista do indivíduo, quer seja, era necessário que o indivíduo se ajuste à sociedade. Nesse mote, a partir das reflexões feitas no desenrolar deste capítulo, “a posição assumida pelos autores corresponde, assim, à perspectiva funcionalista, na qual o sistema deve funcionar com um grau mínimo de coerência interna, sem permitir conflitos persistentes que venham a ameaçar esta coerência” (CERQUEIRA, 1979, p. 70).

A partir de todas as declarações e informações diluídas acima, sobre o Serviço social de Grupo, fica nítido que, o Serviço Social de Grupo brasileiro, por ter tido fortes influências do Serviço Social norte-americano, se fundamentará das teorias do método do SSG, bem como de Caso e Comunidade.

Nos anos de 1940, o Serviço Social brasileiro incorpora em seu fazer profissional os métodos utilizados pelo Serviço Social norte-americano, sendo o método do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade, cujo enfoque principal era a solução de problemas pessoais, relacionais e de socialização, voltado para a ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial (TRINDADE, 2001; KONNO, 2005; EIRAS, 2006; ANDRADE, 2008). Tais métodos tinham grande influência das teorias positivistas e funcionalistas.

Com abordagens de caso, grupo e comunidade a profissão se instrumentaliza teórica e tecnicamente, compondo a tríade metodológica que orientou o Serviço Social na busca da

integração do homem ao meio social. Sobre a implementação de tais métodos, Trindade (2001, p. 14) pondera:

Em relação aos ‘métodos profissionais’ de Caso, Grupo e Comunidade, pode-se afirmar que sua disseminação trouxe um embasamento técnico mais consistente para a ação profissional, com a consequente utilização de um instrumental mais elaborado. No entanto, neles prevalece a centralidade formalista do método, levando o profissional a se preocupar tão somente em definir um instrumental-técnico, com maior precisão e controle. Aqui está presente uma concepção de método limitada a um conjunto de procedimentos predeterminados, com a função de operacionalizar as ações através de instrumentos e técnicas, que por sua vez são abordados apenas como atitudes e habilidades.

De forma geral, o trabalho com grupos é incorporado no fazer profissional numa perspectiva que visava fortalecer os indivíduos, por meio da convivência e interação grupal, proporcionando um autodesenvolvimento e a possibilidade de se ajustarem às normas e aos valores sociais vigentes na sociabilidade burguesa, conformando-os ao status quo (TRINDADE, 2001).

Assim, a partir de 1947, as Escolas de Serviço Social do Brasil, começaram a ensinar um novo método de intervenção social, o método de Serviço Social de Grupo.

Nos anos de 1940 a 1960 foram realizados alguns Congressos do Serviço Social. Dos quatro congressos realizados a época, destacamos o “2º Congresso Pan-Americano de Serviço Social”, efetivado no Rio de Janeiro em 1949. Nesse congresso, ao mesmo tempo em que se afirmava o caráter fundamental do Serviço Social de Caso, houve uma maior solicitação da utilização do Serviço Social de Grupo e de Comunidade, o que representava a busca da modernização da profissão (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014).

Na década de 1950 o Serviço Social de Grupo passa a fazer parte dos programas nacionais do SESI, LBA, SESC, SENAI e Fundação Leão XIII⁶ bem como em hospitais, escolas e etc., iniciando uma nova forma de agir em tais instituições, no qual se generaliza na década de 60 (IAMAMOTO & CARVALHO, 2014, p. 363).

O debate atual sobre o trabalho com grupos no Serviço Social

O Serviço Social brasileiro teve um marco importante durante as décadas de 1965 e 1975 atravessando um período de renovação na profissão, chamado “Movimento de Reconceituação latino-americano”, que buscava romper com o Serviço Social tradicional, desenvolvendo entre a categoria um amplo debate crítico sobre da profissão. O Movimento de Reconceituação (MR)⁷, segundo Netto (2015) significou mudança em seus “referenciais

⁶ SESI (Serviço Social da Indústria); LBA (Legião Brasileira de Assistência); SESC (Serviço Social do Comércio); SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial). Para mais informações consultar Iamamoto e Carvalho (2014, p. 265, 268, 283, 298).

⁷ No período do Movimento de Reconceituação o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio Internacional de Serviços Sociais – CBCISS, organizou quatro seminários denominados “Seminários de Teorização” que aconteceram respectivamente em Araxá-MG (março de 1967), Teresópolis-RJ (janeiro de 1970), Sumaré-SP (novembro de 1978), Alto da Boa Vista-RJ (novembro de 1984).

teórico-culturais e ideológicos” e em suas demandas e respostas profissionais, processo este que alterou significativamente as referências teóricas herdadas pelas contribuições franco-belgas e norte-americanas durante as décadas de 30 e 40, período em que a profissão se constituía em nosso país.

Esse processo de renovação da profissão no Brasil ocorreu em três direções/vertentes principais, denominadas por Netto (2015) como: a perspectiva “modernizadora”, a perspectiva “reatualização do conservadorismo” e a “intenção de ruptura”. Assim, o Movimento de Reconceituação significou a recusa da importação de teorias e métodos alheios à nossa história, na crítica aos fundamentos das abordagens de Serviço Social de Caso, Grupo e de Comunidade, e principalmente ao tradicionalismo profissional e o conservadorismo presente na profissão.

O trabalho com grupos no Serviço Social passou por profunda ressignificação, particularmente a partir da vertente Intenção de Ruptura com o Serviço Social tradicional. Nesse caso, tal ruptura significou a negação do SSG enquanto “método”, como também a superação da denominação “Assistente Social de Grupo” que colocava como uma especialidade profissional (EIRAS, 2006).

Segundo Eiras (2006, p. 67,) o processo de renovação, possibilitou que houvesse uma recusa explícita ao método do SSG, assim como ao método de Caso e Comunidade, sendo excluídas definitivamente, as disciplinas que tratava sobre a tríade. Tal recusa se expressou na formulação do novo currículo mínimo do Serviço Social (aprovada pela ABESS⁸ e implementado em 1982), “o qual redefiniu a lógica da formação acadêmica, focando-a sob o eixo história-teoria-metodologia” agora sob um viés inspirado na tradição marxista, onde era pautada de análises críticas da realidade capitalista.

Dado isso, nas décadas 1980/90, o Serviço Social passou por transformações expressivas e o amadurecimento nos seus aportes teórico-metodológicos e ético-político. Como expressão do MR e o Congresso da Virada⁹, temos como implementação o chamado Projeto Ético-Político (PEP), o qual tem o objetivo de orientar o exercício profissional, a partir de princípios embasados na liberdade como valor central e na democracia, e que prima por uma ação profissional comprometida com a classe trabalhadora, de lutar constantemente em favor dos Direitos Humanos, e de ter como direção social a teoria crítica do pensamento marxista.

⁸ Na ocasião era denominada de ABESS – Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Atualmente, denominada de ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

⁹ Realização do III CBAS em 1979 (Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais). Tal congresso, nomeado “Congresso da Virada”, significou um marco político na profissão. Ocorre que neste congresso a mesa de abertura, composta por representantes oficiais da ditadura, foi destituída por nomes provenientes do movimento dos trabalhadores, quer seja, por dirigentes de organizações populares (REIS, 2005).

Portanto, como materialização do PEP, temos como referência três produtos: o Código de Ética Profissional (de 1993); a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei n.8.662 de 1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Assim, tais referências acima conduzem a formação profissional para uma

[...] perspectiva generalista no intuito de formar os novos assistentes sociais como intelectuais capazes de compreender a sua inserção profissional na dinâmica das relações de produção e das relações sociais capitalistas e de intervir criticamente/propositivamente nos espaços socio-ocupacionais existentes (EIRAS, 2006, p. 67).

Conclusão

Um dos documentos legais que legitimam as intervenções profissionais com grupos de modo a autorizar a sua prática é a Lei n.º 8.662/1993 no artigo 4º, inciso III: “encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, **grupos** e à população”, e no artigo V: “orientar indivíduos e **grupos** de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” (grifo nosso).

Nesse bojo, sob uma perspectiva generalista da profissão, deixa-se de lado a nomeação de Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Agora, vê-se o trabalho com grupos não como um método, mas como um instrumento técnico-operativo do Serviço Social, sendo mais um instrumento de atuação nos vários espaços socio-ocupacionais, no qual é possível, a partir de ações socioeducativas, trabalhar coletivamente com os/as usuários/as que utilizam os serviços e programas de determinada política social, numa perspectiva pedagógica que levem estes a reconhecerem como ser social que determina e é determinado pela realidade concreta carregada de inúmeras contradições; repensarem criticamente a realidade objetiva que o/a circunda, rompendo com a imediatividade do cotidiano, contribuindo para a discussão de ideias e troca de saberes.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Angela Rodrigues Alves de. O metodologismo e o desenvolvimentismo no Serviço Social brasileiro – 1947 a 1961. **Revista Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 17, n. 1, p. 268-299, 2008.

BRIAR, Scott. **Serviço Social de Caso. Serviço Social de Grupo: fundamentos históricos e sociológicos**. CBCISS: nº 108. Ano IX – 1976.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 40. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde**. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, 2010.

_____. **Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8.662/1993 de Regulamentação da Profissão.** 10ª. ed. rev. e atual. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2012.

CERQUEIRA, Gelba Cavalcante. **Modelos teóricos de serviço social de grupo: adaptação ou transformação.** São Paulo: Ed Cortez e Moraes, 1979.

EIRAS, Alexandra Aparecida. L. T. Seabra. **Grupos e Serviço Social: explorações teórico-operativas.** Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, UFRJ, maio, 2006.

KISNERMAN, Natálio. **Serviço Social de Grupo: uma resposta ao nosso tempo.** Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1980. Título original: “Servicio social de grupo”.

KONOPKA, Gisela. **Trabalho Social de Grupo.** Tradução de Adolpho José da Silva. Ed Zahar: 1964. Título original: SOCIAL GROUP WORK: A Helping Process.

KONNO, Cristiane Karla. **A formação profissional na consolidação do projeto ético-político do Serviço Social.** 2º Seminário Nacional: Estado e Políticas Sociais no Brasil. Unioeste: outubro de 2005.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social.** In: SERVIÇO SOCIAL e SAÚDE: Formação e trabalho profissional - MOTA, Ana Elizabete, BRAVO, Maria Inês Souza, UCHÔA, Roberta, NOGUEIRA, Vera, MARSIGLIA, Regina, GOMES, Luciano, TEIXEIRA, Marlene (orgs). São Paulo: Cortez; 2006.

_____, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** 17.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NORTHEN, Helen. **Serviço Social com Grupos.** Tradução de Evangelina Leivas. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 1974. Título original: “Social Work with Groups”.

PARÉ, Simone. **Grupos e Serviço Social.** Porto Alegre: 1961. Tradução de Notburga Rosa Reckziegel. Título original: “Groupes et Service Social”.

RODRIGUES, Maria Lucia. **O trabalho com grupos e o serviço social.** 3º ed. São Paulo: Moraes, 1981.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prédes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Revista Temporalis**, Rio de Janeiro: ABEPSS, n. 04, Ano II, 2001, p. 1-24.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A intenção-ação no trabalho social.** São Paulo: Ed Cortez, 1985.